

TÉCNICA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

Eugénia Moura, Raquel Ramos, Salomé Simões e Yufei Li

mmcorreia@ua.pt, rvramos@ua.pt, salome.simoes@ua.pt e yufei@ua.pt

Resumo:

O presente artigo tem como objetivos i) aprofundar conhecimento, ii) problematizar e fomentar o levantamento de questões sobre a técnica de análise de conteúdo, na sua dimensão conceptual e prática. De facto, pretende-se fomentar a sua utilização e aplicação por parte do investigador, de forma consciente, assertiva e adequada. Por conseguinte, através de um posicionamento crítico perante o cruzamento de perspetivas, divergentes e convergentes, dos autores referenciados, sobretudo especialistas na investigação qualitativa, aborda-se, de forma sintética, suas finalidades, funções, etapas/processos, critérios e diferentes possibilidades da análise de conteúdo, bem como as potencialidades e limitações que lhe podem estar inerentes. Assevera-se ainda, as características do investigador, designadamente, a assertividade na tomada de decisões, meticulosidade, espírito crítico e reflexivo, e as suas competências no processo de análise e interpretação de dados, como sendo fundamentais para a produção e desenvolvimento de trabalhos científicos válidos, rigorosos e de qualidade.

Palavras-chave: Metodologias de investigação; técnicas de análise de dados; análise de conteúdo; investigação qualitativa.

1. INTRODUÇÃO

A presente reflexão crítica integra-se na unidade curricular de Metodologias de Investigação e fundamenta-se na literatura de relevo clássica e atual, a nível nacional e internacional, sobre técnicas de análise de dados, designadamente, a análise de conteúdo.

A problemática apresenta um carácter de grande relevância e pertinência, considerando-se imperativo que os investigadores conheçam, analisem e reflitam criticamente sobre as diferentes possibilidades de técnicas de análise de dados para que, de forma consciente, adequada e ponderada, selecionem assertivamente aquela que, mediante as suas potencialidades e constrangimentos, possibilite responder às questões de investigação e promova a produção de conhecimento científico sobre determinado objeto de estudo ou fenómeno observado.

Efetivamente, a análise de conteúdo é uma das técnicas mais aprofundadas e privilegiadas por diferentes autores de referência (Amado, 2017; Bardin, 2011; Bogdan & Biklen, 1994; Bryman, 2012; Cohen, Manion, & Morrison, 2007; Coutinho, 2013; Pardal & Lopes, 2011; Stake, 2009), precisamente por se considerar uma técnica “flexível e adaptável” às diferentes estratégias e técnicas de recolha de dados utilizadas pelos investigadores, permitindo fazer “inferências interpretativas” essenciais à fase de discussão dos resultados (Amado, 2017). De notar que os autores supramencionados apresentam esta técnica de análise de dados, no âmbito da investigação de natureza qualitativa, que se caracteriza, essencialmente, por privilegiar a compreensão dos problemas e questões de investigação a partir da perspetiva e significações dos sujeitos da investigação (Bogdan & Biklen, 1994). É, portanto, por este viés que se pretende analisar e refletir sobre o presente objeto de estudo.

Numa primeira parte do trabalho, apresenta-se o enquadramento conceptual da análise de conteúdo, perante os olhares cruzados dos autores de referência, no que respeita ao conceito, suas finalidades e funções, características que a distinguem de outras técnicas de análise de dados e técnicas ou procedimentos que lhe são inerentes. De seguida, apresenta-se a possibilidade de apoio informático para a utilização e aplicação da técnica de análise de conteúdo, expondo-se alguns exemplos, de acordo com a natureza da investigação e com particular enfoque e aprofundamento para o *software* WebQDA. Posteriormente, são apresentadas as potencialidades associadas à utilização desta técnica e os constrangimentos a ter em consideração perante a sua utilização. Finalmente, são tecidas algumas notas finais tendo em conta alguns pontos de reflexão e questionamento gerais, relacionados com a técnica de análise de conteúdo.

2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Qualquer técnica de análise de dados, em última instância, significa uma metodologia de interpretação. Como tal, possui procedimentos peculiares, envolvendo a preparação dos dados para a análise, visto que esse processo “consiste em extrair sentido dos dados de texto e imagem (Creswell, 2007, p. 194).

Antes de mais, importa referir que o conceito de análise de conteúdo tem evoluído ao longo do tempo e tem sido amplamente reconhecido, explorado e aprofundado, sobretudo no âmbito da investigação qualitativa, especialmente na área de Ciências Sociais (área que se dedica a estudar a vida social de indivíduos e/ou grupos do mundo humano) e de Educação, na medida em que se pretende compreender, interpretar e problematizar as intenções e significações dos sujeitos (Crusoé & Santos, 2020).

Porém, importa ressaltar que esta evolução conceptual de análise de conteúdo é indissociável do desenvolvimento e construção do próprio conceito de investigação qualitativa, que (segundo Bogdan e Biklen (1994)) permite descrever um fenómeno em profundidade, através da apreensão de significados e dos estados subjetivos dos sujeitos. Nesse sentido, a investigação qualitativa procura capturar e compreender, com pormenor, as perspetivas e os pontos de vista dos sujeitos sobre determinado assunto, fenómeno ou contexto (Bogdan & Biklen, 1994). Logo, o objetivo principal deste tipo de investigação não é efetuar generalizações, mas sim particularizar e compreender os sujeitos e os fenómenos na sua complexidade e singularidade.

Portanto, corroborando com esta ideia, Serrano (2004) afirma que a investigação qualitativa orienta-se por uma perspetiva hermenêutica, fenomenológica e interpretativa, focando-se nos processos e na compreensão e interpretação dos fenómenos, a partir da indução dos significados dos próprios contextos, na sua singularidade e complexidade, mais do que nos produtos e nas suas causas. Por conseguinte, a teoria surge a partir da recolha, análise, descrição e interpretação dos dados, ao que Bogdan e Biklen (1994) designam de “teoria fundamentada”. Deste modo, o processo de produção de conhecimentos, nesta perspetiva, ocorre à medida que se recolhem e analisam os dados (Bogdan & Biklen, 1994; Serrano, 2004).

Compreende-se assim que, tal como o próprio conceito de investigação qualitativa, a conceção de análise de conteúdo foi progredindo de uma caracterização mais descritiva e quantitativa, para uma caracterização de descrição subjetiva, interpretativa e inferencial (Amado, 2017).

2.1. O Conceito

A partir das definições de Berelson (1952), um dos seus criadores, e de Holsti (1969), a análise de conteúdo tem sido apresentada como uma técnica de investigação que permite descrever de forma objetiva, sistemática e quantitativa o “conteúdo manifesto” (Bryman, 2012, p.289) da comunicação, possibilitando a produção de inferências (Amado, 2017; Bryman, 2012). A corroborar esta perspetiva, Bardin (1977) define a análise de conteúdo como um “conjunto de técnicas de análise de comunicações” (Bardin, 1977, p.31) e defende que qualquer comunicação pode ser por si decifrada. De igual modo, e mais concretamente no âmbito da investigação de natureza qualitativa, a análise de conteúdo é defendida por Cohen, Manion e Morrison (2007) como um processo de sistematização e síntese de dados qualitativos, que permite construir inferências válidas e replicáveis das comunicações.

Adicionalmente, Pardal e Lopes (2011) apresentam uma ideia metafórica interessante associada à análise de conteúdo, a de “desvendar”, “descortinar” e “desocultar” aquilo que “se esconde”, os “detalhes”, as “entrelinhas”, no sentido de compreender as comunicações, de forma mais fidedigna e aprofundada. Os autores esclarecem ainda que as comunicações sobre as quais incide a análise podem ser de natureza diversa, desde verbal, visual, icónica, à natureza sonora. A corroborar com esta abordagem conceptual, Crusoé e Santos (2020, p.11) defendem a ideia de “olhar em lupa” através do “olhar do outro”, não no sentido de verificar, mas no sentido de interpretar e problematizar.

Por outro lado, e divergindo do termo “técnica” utilizado pelos autores supramencionados, Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014) e Julien (2008) definem a análise de conteúdo como um método de organização e análise de dados, que consiste num processo intelectual de categorizar dados qualitativos de diversas naturezas (textuais, fotográficos ou em vídeo), em grupos semelhantes ou categorias conceituais, através dos quais é possível identificar padrões, estabelecer relações e sistematizar e sintetizar os dados, conferindo-lhes significado (Julien, 2008). No fundo, a análise de conteúdo destaca o que é comum e dá sentido às fontes e aos sujeitos da investigação.

Efetivamente, nesta oscilação entre o conceito associado à técnica ou ao método, Amado (2017) e Bogdan e Biklen (1994) esclarecem que: enquanto técnica, a análise de conteúdo responde aos critérios de observação de “objetividade, fidelidade e validade” (Amado; Costa; Crusoé, 2017, p.307); (Amado, 2017, p.307); já como método, a análise de conteúdo “torna-se num procedimento básico da investigação qualitativa” (Bogdan & Biklen, 1994, p.220).

Logo, das definições apresentadas, é possível destacar determinadas características indissociáveis da análise de conteúdo, designadamente: a objetividade, a sistematicidade e a sua replicabilidade, pelo que Amado (2017) lhe conferiu ainda os atributos de metódica e exigente. Posto isto, importa clarificar que esta técnica de análise de dados advém da necessidade de rigor (Bardin, 1977) e da “verificação prudente e interpretação brilhante” (Bardin, 1977, p.29).

2.2. Finalidades e Funções

No que concerne às suas finalidades, a análise de conteúdo permite: i) organizar, categorizar e reduzir dados (Cohen et al., 2007; Coutinho, 2013), respeitando a sua qualidade; ii) descrever, relacionar, compreender, interpretar e produzir significados, a partir dos dados obtidos por instrumentos de recolha ou por processos de comunicação (Cavalcante et al., 2014); iii) e, por conseguinte, descobrir regularidades nos dados e produzir inferências sobre outros indicadores, que transcendem a mensagem/o conteúdo das comunicações (Bardin, 1977; Coutinho, 2013). Portanto, a análise de conteúdo possibilita não só conhecer e analisar as características de uma mensagem/comunicação, como também do contexto e das condições que a induziram ou produziram (Bardin, 1977).

Adicionalmente, Bardin (1977) destaca duas funções fundamentais inerentes à análise de conteúdo: a heurística e a administração da prova. A primeira “enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta” (Bardin, 1977, p. 30) e a segunda refere-se à verificação, no sentido de confirmar ou infirmar hipóteses.

De facto, a partir do reconhecimento das finalidades e funções desta técnica de análise de dados, o investigador poderá compreender de que forma a mesma se adequa ao seu estudo, contribuindo para a discussão de dados e a inferência de conclusões, alinhadas, de forma coerente, com as suas questões de investigação.

2.3. Distinção com outras Técnicas de Análise de Dados

Importa distinguir, com clareza, ainda que não exaustivamente, esta técnica de análise de dados com análises de outra natureza, nomeadamente, a análise do discurso e a análise documental. Deste modo, enquanto que a análise de conteúdo trabalha com mensagens/comunicações e faz-se, maioritariamente, por análise categorial temática, a análise do discurso “trabalha

com unidades linguísticas superiores à frase” (Bardin, 1977, p.44) e, por sua vez, a análise documental tem como finalidade “representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar (...) a sua consulta e referência” (Bardin, 1977, p.45), ou seja, os documentos são agrupados por categorias/temas, segundo critérios comuns, facilitando a sua referência e indexação, como por exemplo, nas bibliotecas.

2.4 Diferentes Técnicas de Análise de Conteúdo

Na medida em que existem diferentes técnicas de análise de dados, das quais se distinguiu a análise de conteúdo, a análise do discurso e a análise documental, no âmbito da própria análise de conteúdo existem diferentes técnicas/procedimentos que podem ser utilizados pelo investigador, designadamente: a análise lexical; a análise de avaliação ou representacional; a análise de enunciação; a análise de expressão; a análise das relações ou associações e por último, mas não menos importante, a análise temática ou categorial. De facto, reconhece-se a importância de o investigador conhecer as diferentes possibilidades de que dispõe, tendo presente que a sua escolha, assertiva e consciente, deverá depender das suas questões e objetivos de investigação. Assim sendo, a utilização da técnica de análise de conteúdo selecionada possibilitará a produção de conhecimentos sobre o objeto estudado.

Ainda que se reconheça a validade de todas as técnicas, no que respeita à presente reflexão crítica, considerou-se pertinente aprofundar a análise categorial, no âmbito do processo de categorização, por ser amplamente utilizada pelos investigadores, pela sua rapidez, eficácia e aplicabilidade (Bardin, 1977).

2.5. A Análise de Conteúdo de acordo com a Natureza da Investigação

Na verdade, a análise de conteúdo é perspectivada de formas distintas, de acordo com a natureza da investigação, questão esta que também deverá estar presente na tomada de decisões do investigador, de acordo com o seu *design* metodológico.

Deste modo, Julien (2008) clarifica que, na investigação de natureza quantitativa, a análise de conteúdo permitirá responder a questões de investigação de tipo “o quê?” e é elaborada de forma dedutiva, isto é, produzem-se frequências de categorias ou valores pré-selecionados, associados a variáveis particulares.

Por sua vez, a análise de conteúdo na investigação qualitativa, associa-se às percepções e a questões de tipo “porquê?” e caracteriza-se,

essencialmente, numa perspectiva interpretativa, subjetiva, contextual, refletindo inúmeros significados (Julien, 2008). Nesta linha de pensamento, Minayo (2004) defende que a investigação qualitativa, na área de Ciências Sociais e Educação, direciona sobretudo a sua atenção para o sujeito do estudo, que se posiciona numa determinada condição social, que pertence a um determinado grupo social ou classe, com as crenças, valores e significados que lhe são inerentes, reforçando assim a ideia de que “o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação” (Minayo, 2004, p. 22).

Portanto, é neste paradigma de complexidades, que o investigador se debate com a tarefa de analisar os dados recolhidos, pelo que, segundo Minayo (2004), a análise de conteúdo poderá permitir “ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação” (Minayo, 2004, p. 203).

2.6. Etapas/Fases da Análise de Conteúdo

Incidindo o foco da presente reflexão no âmbito da investigação qualitativa, a análise de conteúdo envolve um processo que compreende diferentes etapas. Nesse sentido, Bardin (1977) distingue três essenciais, designadamente: i) a pré-análise; ii) a exploração do material e ainda iii) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, sintetizadas na Figura 1.

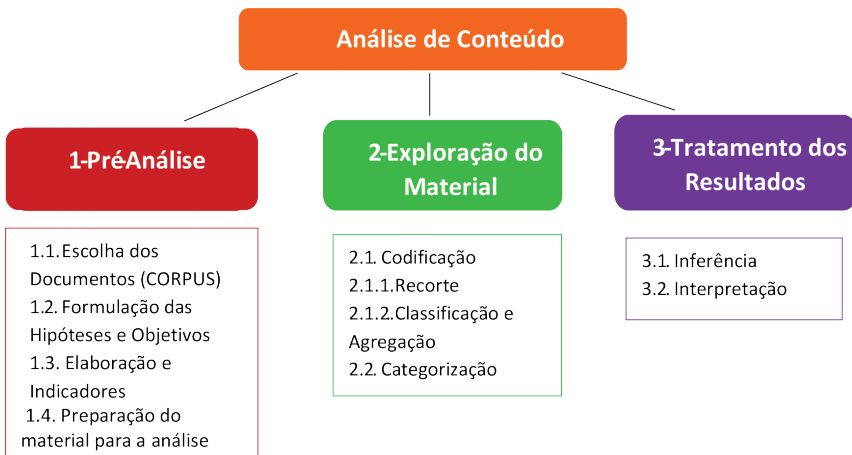


Figura 1. Passos metodológicos de análise de conteúdo baseado em Bardin (1977)

No que respeita à **pré-análise**, esta consiste na etapa de organização, sistematização, esquematização e elaboração de um plano flexível (Bardin, 1977). A corroborar esta perspetiva, Coutinho (2013) clarifica que esta é a fase de escolher os documentos, elaborar anotações, recortes, tabelas e de formular questões norteadoras. Quer isto dizer que o investigador deverá refletir sobre a pertinência dos dados selecionados para a análise, de acordo com os objetivos da sua pesquisa. Por seu turno, Bardin (1977) sistematiza as seguintes tarefas inerentes à pré-análise: i) escolha dos documentos a serem submetidos à análise, que pressupõem a leitura flutuante dos mesmos e, posteriormente, a constituição do *corpus* de análise¹; ii) formulação das hipóteses e dos objetivos, permitindo explicitar e precisar as direções da análise; iii) elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final e finalmente iv) a preparação do material para a análise.

A segunda etapa de **exploração do material** afigura-se de grande importância, uma vez que poderá favorecer a riqueza das interpretações e inferências (Bardin, 1977). É nesta fase que são definidas as unidades de registo² e as unidades de contexto³ e que se desenvolvem os processos de codificação e categorização.

Finalmente, a etapa de **tratamento dos resultados, inferência e interpretação** diz respeito à forma como os resultados são tratados, no sentido de serem significativos e válidos. Logo, esta é uma fase de análise reflexiva e crítica que conduzirá às interpretações inferenciais (Bardin, 1977). Importa salientar que é ainda nesta etapa que o investigador passa de uma análise mais descritiva, para uma análise interpretativa, ou seja, tendo por base as evidências, começa a cogitar algumas explicações, elementos-chave e suas possíveis causas (Cohen, Manion, & Morrison, 2007).

¹ O *corpus* de análise é considerado por Pardal e Lopes (2011) uma das tarefas mais importantes, na medida em que constitui o “conjunto de comunicações essenciais para a compreensão do objeto de estudo” (Pardal & Lopes, 2011, p. 95 e 96). Adicionalmente, Bardin (1977) defende o cuidado na escolha do *corpus* de análise, assente na sua representatividade (possibilitar a generalização dos resultados), homogeneidade (obedecer a critérios de escolha precisos) e pertinência (adequados aos objetivos de investigação).

² “unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial” (Bardin, 1977, p. 104). Estas podem ser uma palavra, uma frase ou um parágrafo (Cohen et al., 2007). Coutinho (2013) acrescenta que as unidades de análise ou de registo são seções de texto de natureza e dimensões variáveis, detentores de um sentido completo e pertinentes para o objeto do estudo.

³ “serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo” (Bardin, 1977, p.107), com o objetivo de conhecer a sua significação exata.

2.7. Principais processos inerentes à Análise de Conteúdo: Codificação, Categorização e Inferência

A partir das etapas supramencionadas, destacam-se três processos essenciais e aos quais autores de referência como Amado (2017), Bardin (1977), Bogdan e Biklen (1994), Bryman (2012) e Coutinho (2013) dedicaram maior atenção no âmbito da análise de conteúdo, designadamente: i) codificação; ii) categorização e iii) inferência.

O processo de **codificação** associa-se ao tratamento do material, ou seja, consiste na “transformação (sistemática) (...) dos dados brutos do texto (...) que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo” (Bardin, 1977, p.103). Logo, este processo envolve, segundo Bogdan e Biklen (1994) a procura de regularidades e padrões, possibilitando ainda, de acordo com Coutinho (2013), a descrição e interpretação do fenómeno em estudo. De notar que a codificação afigura-se como imperativa para a confidencialidade e proteção dos dados e o anonimato dos participantes.

No que respeita à **categorização**, esta consiste no processo de elaboração de categorias, que emergem dos dados e que podem ser identificadas *a priori* ou emergir no processo de análise (Julien, 2008). Por sua vez, Bardin (1977) define-a como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto” (Bardin, 1977, p. 117).

Importa, assim, clarificar o conceito de categorias, que de acordo com Bardin (1977), são classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registo). Por conseguinte, as categorias constituem agrupamentos de dados, são a característica em comum ou dimensões que as fontes dos dados apresentam e a sua construção pode ser realizada de forma flexível e interativa, isto é, pode ser alterada à medida que os dados forem emergindo, em relação ao que estava definido *a priori*. E não menos importante, as categorias estão diretamente relacionadas com as questões de investigação. Além disso, o autor apresenta a ideia metafórica de “gavetas” para definir categorias, em que os dados são “arrumados” segundo critérios suscetíveis de trazer sentidos.

Não obstante, importa referir que existem diferentes tipos de categorias de análise, de acordo com a forma como emergiram. Por um lado, apresentam-se as categorias dedutivas (Gläser-Zikuda, Hagenauer, & Stephan, 2020), igualmente designadas por Coutinho (2013) como categorias pré-definidas. Neste tipo de categorias, os investigadores desenvolvem-nas com base nos antecedentes teóricos existentes (Gläser-Zikuda et al., 2020) e, portanto, são elaboradas antes da análise. Por outro lado, existem as categorias indutivas (Gläser-Zikuda et al., 2020) ou categorias emergentes (Coutinho, 2013), em

que os investigadores vão construindo as categorias no decorrer da análise, logo, são de carácter exploratório, possibilitando a interpretação de aspetos adicionais ou novos, ainda não abordados na teoria.

Assim, afigurando-se o processo de categorização de grande importância para o rigor da análise de conteúdo, os autores supramencionados têm defendido, de forma consensual, determinados critérios de qualidade das categorias, designadamente: i) princípio da exclusão mútua, isto é, cada elemento não pode existir em mais do que uma divisão, devendo-se por isso evitar a sobreposição de categorias (Amado, 2017; Bardin, 1977; Bryman, 2012; Coutinho, 2013); ii) homogeneidade, quer isto dizer que um único princípio/critério de classificação deve orientar a organização das categorias, existindo uma clara separação entre os temas a serem analisados (Amado, 2017; Bardin, 1977; Coutinho, 2013); iii) adequação e pertinência, ou seja, as categorias devem dizer respeito às intenções do investigador, aos objetivos da pesquisa, às questões norteadoras e às características das mensagens/comunicações (Bardin, 1977; Coutinho, 2013); iv) objetividade e fidelidade, portanto, as diferentes partes de um material ao qual se aplica o instrumento de análise por categorias, devem ser codificados da mesma forma e assim qualquer codificador conseguirá chegar aos mesmos resultados (Amado, 2017; Cavalcante, Calixto, & Pinheiro, 2014; Coutinho, 2013), portanto, as categorias devem ser inequívocas e rigorosas, evitando ambiguidades e os códigos devem ser claros quanto às dimensões a que se referem; v) produtividade, quer isto dizer que as categorias deverão fornecer resultados férteis em inferências, passíveis de novas hipóteses e em dados exatos (Coutinho, 2013); vi) exaustividade, ou seja, para cada dimensão, todas as possibilidades de categorias devem ser consideradas para codificação (Cavalcante et al., 2014). De notar que Amado (2017) designa este princípio por critério de saturação das informações; vii) confiabilidade e validade, este refere-se à necessidade de investigadores externos validarem a elaboração das categorias e a interpretação dos dados, de forma consensual (Gläser-Zikuda et al., 2020), portanto, constitui-se como uma estratégia para o investigador “questionar” os dados e alcançar uma análise mais profunda e profícua (Coutinho, 2013) e finalmente viii) replicabilidade (Gläser-Zikuda et al., 2020), critério este que se relaciona com a precisão do procedimento de codificação e, portanto, com o critério de objetividade e fidelidade acima mencionados, em que a partir do mesmo processo de codificação se podem chegar aos mesmos resultados.

Quanto ao terceiro e último processo, apresenta-se a **inferência**, através da qual é possível encontrar padrões, semelhanças e estabelecer relações entre os dados obtidos (Coutinho, 2013). É ainda neste processo que a fundamentação teórica confere sentido à interpretação e em que a profundidade

dos significados daquilo que se analisa é passível de ser compreendido pelo investigador. Portanto, a inferência permite clarificar os conhecimentos acerca do objeto de estudo, por dedução lógica (Pardal & Lopes, 2011).

3. SUPORTE INFORMÁTICO NA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Efetivamente, para além do conhecimento do investigador acerca das etapas e processos inerentes à análise de conteúdo, essencial para executá-la com rigor e qualidade, a utilização de *software* específico e adequado à natureza de investigação torna-se fundamental, não só para alcançar um trabalho de qualidade, mas também para a credibilidade do estudo e do conhecimento por ele produzido.

Nesse sentido, Costa e Amado (2018) apresentam alguns exemplos de *softwares* que podem ser utilizados, quer na investigação qualitativa, tais como: Nvivo, Atlas.Ti, MaxQDA, WebQDA (...); quer na investigação quantitativa, designadamente: General Inquirer, Diction, LIWC, Tabari (...) (Costa & Amado, 2018, p.20).

Na verdade, a utilização deste tipo de programas afigura-se de extrema importância, estando associada a inúmeras vantagens apontadas por alguns autores sendo que as ferramentas de apoio permitem a rentabilização do tempo de investigação, agilizando o processo de análise, pela sua rapidez. Importa, ainda, salientar o facto de possibilitarem a integração de documentos em diferentes formatos (texto, imagem, gráfico, áudio e vídeo) e de facilitarem a manipulação de dados volumosos e complexos (Julien, 2008). Consequentemente, o investigador terá tempo para ser mais criativo e para investir na reflexão, interpretação e no processo de inferência (Souza, Costa, & Moreira, 2011).

O investigador poderá, com a utilização de *software*, “criar categorias, codificar, controlar, filtrar, fazer pesquisas e “questionar” os dados, com o objetivo de responder às questões de investigação (...)” (Amado, 2017, p. 323). Logo, esta capacidade de organização, sistematização e categorização dos dados através de processos de alta complexidade confere maior rigor à análise, bem como clareza e transparência na apresentação dos dados, facilitando, consequentemente, a elaboração de relações e triangulações. De notar que a triangulação dos dados, afigura-se também como essencial para a credibilidade do estudo (Stake, 2009).

Por outro lado, o apoio informático possibilita o controlo total e flexível, por parte do investigador, dos seus dados e da sua análise (Souza et al., 2011). Não obstante, o trabalho em *software* também permite a reprodução e troca de documentos, promovendo processos colaborativos.

Importa ainda realçar que, para além das vantagens que qualquer um dos *softwares* supramencionados fomentam, consideramos fundamental reconhecer e valorizar, no âmbito da investigação qualitativa, o *software* WebQDA que acrescenta outras particularidades que potenciam o trabalho do investigador, das quais se destacam: i) a possibilidade de utilização por vários investigadores ao mesmo tempo, privilegiando o trabalho colaborativo e a análise de dados qualitativos individual ou colaborativamente, de forma síncrona ou assíncrona; ii) a possibilidade de ser configurado de acordo com as necessidades do investigador; iii) a sua versatilidade e aplicabilidade em diferentes *designs* de investigação e ainda iv) a sua compatibilidade com os diversos sistemas operativos (Souza et al., 2011).

Contudo, apesar da agilidade e facilidade que os suportes de *software* conferem ao processo de análise de dados em qualquer tipo de investigação, voltamos a reforçar a imprescindibilidade do conhecimento prévio do investigador sobre as etapas de análise, os processos envolvidos e as regras/princípios inerentes à técnica de análise de conteúdo, no sentido de manter o rigor e sistematicidade que lhe são inerentes (Neri De Souza, Pedro Costa, & Moreira, 2011; Souza et al., 2011). Portanto, o uso de *software* não dispensa a atitude reflexiva, crítica e meticulosa do investigador (Amado, 2017; Costa & Amado, 2018).

4. POTENCIALIDADES

No sentido de auxiliar o investigador na tomada de decisão em relação às técnicas de análise de dados que melhor se adequam ao seu estudo, apresenta-se uma sistematização das potencialidades da análise de conteúdo, que convergem entre os diferentes autores. A primeira diz respeito à possibilidade de análise de grandes volumes de dados textuais e outros tipos de dados, no âmbito da investigação qualitativa, de forma rápida e abrangente (Bryman, 2012; Gläser-Zikuda et al., 2020). Adicionalmente, permite corroborar evidências, como procedimento analítico sistemático e conduzido por regras e critérios de qualidade (Gläser-Zikuda et al., 2020). Bryman (2012) destaca ainda a sua transparência, resultante da documentação, clareza, objetividade e rigor do processo de análise dos dados e, consequentemente a sua replicabilidade, confiabilidade e credibilidade (Gläser-Zikuda et al., 2020). A flexibilidade do processo de análise de conteúdo é igualmente apresentada como uma vantagem, quer por ter à sua disposição diferentes técnicas de aplicação, quer por possibilitar a análise de diferentes tipos de comunicações (Bryman, 2012), ideia corroborada por Pardal e Lopes (2011) que reconhecem a possibilidade de se

fazer reajustamentos e reformulações durante o seu processo. Os mesmos autores destacam ainda a profundidade e significância da análise. Quer isto dizer que o investigador pode “ir para além” do conteúdo e inferir sobre o seu contexto. Por outro lado, se o investigador for cuidadoso no que respeita à coerência interna da investigação, em que o objeto de estudo, as questões de investigação e os objetivos da análise se encontram alinhados, maior será a probabilidade de se encontrarem evidências que podem potenciar a discussão dos resultados.

Finalmente, também Crusoé e Santos (2020) referem as potencialidades da análise de conteúdo no âmbito da investigação qualitativa, mais concretamente na área das Ciências da Educação e incidindo sobre práticas educativas, sendo referida, por um lado, a relação próxima entre o investigador e o investigado, permitindo aprofundar conhecimentos sobre o fenómeno, contexto ou práticas em estudo e, por outro lado, a possibilidade de se fomentar a capacidade reflexiva do sujeito investigado, que olha para a sua prática educativa com algum distanciamento temporal e espacial e, portanto, de forma mais consciente e crítica, criando-se assim uma oportunidade de a mesma ser melhorada.

5. CONSTRANGIMENTOS

Evidentemente que, tal como muitas outras técnicas e métodos de investigação, a análise de conteúdo também apresenta alguns constrangimentos que deverão ser conhecidos e tidos em consideração pelo investigador, no sentido de manter o foco de qualidade e rigor do seu trabalho.

A primeira relaciona-se com a subjetividade do sujeito e o carácter interpretativo da análise, ou seja, a análise do observador pode ter subjacente aos seus pré-conceitos, o que acaba por se refletir no objeto de estudo (Cavalcante et al., 2014). Efetivamente, esta limitação acarreta algumas implicações no âmbito da investigação qualitativa, designadamente a possibilidade de adulteração da realidade, quer por parte do investigador (como observador), quer por parte das fontes a partir das quais são recolhidos os dados, como por exemplos dos entrevistados (Crusoé & Santos, 2020). Logo, e uma vez que o carácter subjetivo da interpretação do investigador se encontra implícito ao longo de todo o processo de análise dos dados, afigura-se imprescindível a utilização de ferramentas ou estratégias de controlo, que permitam conferir rigor e objetividade à forma como os dados são tratados e como daí são extraídas as conclusões (Crusoé & Santos, 2020). Nesse sentido, também Bardin (1977) alude para a necessidade de utilização de rigorosos critérios de validação, ultrapassando os constrangimentos que daí possam advir.

Importa ainda referir que, no âmbito da investigação qualitativa, também Minayo (2004) apresenta algumas dificuldades com as quais o investigador se pode deparar, designadamente: a perceção de que o real é espontaneamente captado pelo investigador, isto é, “ilusão da transparência” (Minayo, 2004); o deslumbramento com a utilização dos métodos e técnicas mobilizadas, desvalorizando “a fidedignidade às significações presentes no material e referidas a relações sociais dinâmicas” (Minayo, 2004, p. 197); e ainda “a dificuldade de se juntarem teorias e conceitos muito abstratos com os dados recolhidos no campo” (Minayo, 2004, p. 197).

Adicionalmente, Cohen, Manion e Morrison (2007) destacam como outro constrangimento a polivalência e ambiguidade das palavras e das categorias. De igual modo, a proximidade do investigador com os fenómenos observados poder-se-á revelar uma limitação (Cavalcante et al., 2014). Os mesmos autores referem a dependência da eficácia da utilização desta técnica com diferentes competências do investigador, nomeadamente: i) a sua capacidade em interpretar e procurar os significados dos dados recolhidos, extrapolando o que está além da superficialidade do texto, imagem ou vídeo; ii) a sua capacidade de reflexão sobre os instrumentos de recolha e análise de dados elaborados; iii) a sua capacidade de valorizar não só os temas/categorias frequentes, mas também os temas/categorias pouco frequentes que podem ser relevantes para a compreensão dos fenómenos estudados e finalmente iv) a sua experiência na condução de técnicas de recolha de dados, como por exemplo nas entrevistas, essenciais para captar a subjetividade e perceções do sujeito.

Finalmente, Bryman (2012) salienta que a qualidade da análise de conteúdo encontra-se também dependente da credibilidade, representatividade e autenticidade do conteúdo dos documentos usados para análise.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se, assim, que o que distingue, na sua essência, a técnica de análise de conteúdo de outras técnicas de análise de carácter aberto e exploratório, é o facto de esta ser indissociável das questões e objetivos de investigação, inclusivamente, a tipologia e a técnica de análise de conteúdo selecionadas também irão depender dos mesmos e, obviamente, da natureza da investigação. Logo, é esta assertividade e eficácia na conjugação de objetivos, técnicas e métodos, aliada à premente necessidade de ter sempre presente a questão de investigação, como bússola que norteia o rumo do investigador, que conferem coerência interna ao estudo.

Perante as potencialidades e constrangimentos apresentados, pode-se inferir que, mais do que a aplicação da técnica de análise de conteúdo em si, as características do investigador, a sua experiência, o seu conhecimento sobre esta técnica e o modo como cumpre as suas regras e critérios de validade, afiguram-se como determinantes para o rigor e qualidade do processo de análise, em particular, e da investigação no geral. Deste modo, Souza, Costa e Moreira (2011) destacam a imprescindibilidade de um investigador observador, analítico, criterioso, metuculoso, criativo, crítico e questionador, capaz de encontrar soluções e respostas para os diversos problemas e questões de investigação, com capacidade de “ler” nas “entrelinhas” da comunicação/mensagem, de captar o sentido pleno da realidade e de compreender os seus diferentes significados (Cavalcante, et al., 2014; Pardal & Lopes, 2011).

Importa finalmente refletir sobre o “entre lugar” em que a análise de conteúdo se encontra, abrangendo quer a dimensão de objetividade, sistematicidade e rigor indissociáveis do seu processo e critérios, quer a subjetividade e interpretação inerentes à sua dimensão inferencial. De facto, também os autores Crusoé e Santos (2020) atentam para a importância de se objetivar o carácter subjetivo que se encontra implícito na relação investigador-investigado e teoria-campo empírico-investigador.

Nesse sentido, e posicionando-nos na perspetiva de Pardal e Lopes (2011), a análise de conteúdo de qualidade assenta no equilíbrio e na harmonia entre o rigor da objetividade, que se pretende científico, e a subjetividade da leitura do investigador, sendo esta última dimensão interpretativa potenciadora de construção de inferências válidas e a extração de “conclusões compreensíveis”(Costa & Amado, 2018, p.7).

REFERÊNCIAS

- Amado, J. (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J., Costa, A. P., Crusoé, N. (2017). A técnica da Análise de Conteúdo. *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (301-352). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bardin, L. (1977). *Análise De Conteúdo*. Edições 70.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*. Oxford University Press.
- Cavalcante, R. B., Calixto, P., & Pinheiro, M. M. K. (2014). Content analysis: general considerations, relations with the research question, possibilities and limitations of the method. *Informação & Sociedade: Estudos*, 24(1), 13–18.

- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2007). *Research Methods in Education*. Routledge.
- Costa, A. P., & Amado, J. (2018). *Análise de conteúdo suportada por software*. Ludomedia.
- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas - Teoria e Prática*. Almedina.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2a ed., L. de O. Rocha, Trad.). Artmed.
- Crusoé, N. C., & Santos, E. M. (2020). Fenomenologia Sociológica de Alfred Schutz: contribuições para a investigação qualitativa em prática educativa. *Revista Tempos e Espaços Em Educação*, 13(32), 1–16. <https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.13274>
- Gläser-Zikuda, M., Hagenauer, G., & Stephan, M. (2020). The potential of Qualitative Content Analysis for Empirical Educational Research. *Forum: Qualitative Social Research Sozialforschung*, 21(1).
- Julien, H. (2008). Content Analysis. *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods* (pp. 120–121). SAGE Publications.
- Minayo, M. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Editora Hucitec.
- Neri De Souza, F., Pedro Costa, A., & Moreira, A. (2011). Questionamento no processo de análise de dados qualitativos com apoio do software webqda. *EDUSER: Revista de Educação*, 3(1), 19–30.
- Pardal, L., & Lopes, E. S. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Areal Editores.
- Serrano, G. P. (2014). *La Investigación Cualitativa: Retos E Interrogantes I. Métodos* (6a). LA MURALLA, S.A.
- Souza, F. N. de, Costa, A. P., & Moreira, A. (2011). Análise de Dados Qualitativos Suportada pelo Software webQDA. *Atas Da VII Conferência Internacional de TIC Na Educação: Perspetivas de Inovação (CHALLENGES2011)*, 49–56.
- Stake, R. E. (2009). *A arte da investigação com estudos de caso*. Fundação Calouste Gulbenkian.